

**(MODELO ANEXO II)**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81º do CCP]

1. Orlando Antero Matias Costa, CC nº 3261204 4ZY7, residente na Av. Senhor do Bonfim, 17, 5430-271, em Sonim, na qualidade de representante legal da NCX – Construção, Engenharia e Gestão, Lda., com sede na Rua do Estádio da Cruz, 11, Edifício Terra Quente, Bloco 1, R/C, 5430-461, em Valpaços, Contribuinte n.º 503 149 403, adjudicatária no procedimento da Empreitada de **“LOJA DO CIDADÃO - VALPAÇOS”** – Processo 04-DECD-2016, declara sob compromisso de honra, que a sua representada:
  - a) Não se encontra em estado de insolvência, declarada por sentença judicial, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, ou tenha o respetivo processo pendente, salvo quando se encontrem abrangidas por um plano de insolvência, ao abrigo da legislação em vigor;
  - b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
  - c) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do nº 1 do artigo 21º do Decreto-Lei nº 433/82 de 27 de Outubro, na alínea b) do nº1 do artigo 71º da lei nº 19/2012, de 8 de maio, e no nº1 do artigo 460º do presente código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
  - d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do nº 2 do artigo 562º do Código do Trabalho;

- e) Não foi objeto de aplicação, há mais de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declara nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;
  - f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.
2. O declarante junta em anexo os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55º do Código dos contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos contratos Públicos qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Valpaços, 8 de julho de 2016



CONSTRUÇÃO, ENGENHARIA E GESTÃO, LDA.  
Atestada  
(Orlando Costa, Dr.)